

**NOTA TÉCNICA 01/2012**

**DATA: 27/01/12**

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2012**

**I – Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro e Receitas das Participações Especiais do Petróleo**

Como é sabido, o ano de 2012 se iniciou em ambiente de incertezas e de obstáculos à recuperação da economia mundial. O cenário internacional apresentou deterioração no mês de dezembro segundo o Banco Central, embora a desaceleração global ainda não tenha sido inteiramente sentida no Brasil. Ao longo do processo de recuperação do crescimento, juros mais baixos e gastos públicos mais altos poderão vir a ter papel fundamental.

Para 2012, as previsões giram em torno de: crescimento de 3,3% e inflação de 5,4%, levando em conta políticas expansionistas que provavelmente serão empreendidas pelo governo federal ao longo do ano. A elevação substancial do salário mínimo e a redução temporária do IPI para bens duráveis deverão contribuir para o crescimento no primeiro trimestre.

Para o segundo semestre o efeito dos juros menores e aumento dos gastos públicos deverão levar a economia de volta ao aquecimento. A decisão do governo federal de acelerar o ritmo das obras públicas em 2012 e os projetos de infra-estrutura relacionados à Copa do Mundo e Olimpíadas leva uma parte expressiva da indústria a planejar aumento ou manutenção dos investimentos neste ano, mesmo após a desaceleração do ano anterior. Segundo pesquisa do BNDES, a ênfase na área de investimento em 2012 deve-se dar na área de infra-estrutura, especialmente portos, energia, petróleo e construção residencial.

Segundo o relatório de inflação de dezembro do Banco Central, a expectativa é de queda da SELIC até 9,5% e especialistas apontam quatro quedas de 0,5 ponto percentual, o que denota sua postura cautelosa.

No Estado do Rio de Janeiro, a conjuntura também é de manutenção da desaceleração econômica nos primeiros meses do ano, porém em intensidade menor do que o verificado no plano nacional. Há perspectivas de melhoria no segundo semestre. Apesar das dificuldades de expansão da indústria extrativa, que apresenta dificuldades na expansão da produção de petróleo, a indústria de transformação cresceu 3,5% em 2011 - equivalente a cinco vezes o setor nacional. No setor automobilístico e de seu fornecedor (indústria de borracha e plástico) o incremento foi de mais de 10%. As indústrias Química e Higiene pessoal também tiveram elevação significativa de suas atividades, acima de 7% em 2011.

Dado a conjuntura atual, torna-se imprescindível que haja uma revisão da receita, com atualização dos valores definidos por ocasião do projeto de lei do orçamento 2012. A reavaliação utiliza como base, tanto a receita realizada em 2011 quanto a reavaliação de alguns parâmetros macroeconômicos para 2012, que sofreram sensível mudança neste período. Abaixo a Tabela 1 apresenta as principais receitas do Tesouro que foram reestimadas.

Receita	FR	RECEITA REALIZADA	RECEITA 2012		1ª REVISÃO X LOA		1ª REVISÃO X 2011	
		2011 (B)	LOA 2012 (D)	1ª REVISÃO (F)	(F-D)	Δ % (F/D)	(F-B)	Δ % (F/B)
IRRF	00	1.703	1.677	1.850	173	10,3%	147	8,6%
IPVA	00	1.547	1.770	1.686	(83)	-4,7%	139	9,0%
ITBI	00	-	0	0				
ITD	00	418	446	446			28	6,6%
FECP	22	2.512	2.552	2.599	47	1,9%	87	3,5%
ICMS	00	24.802	28.532	26.984	(1.548)	-5,4%	2.181	8,8%
Receita Financeira	01	244	211	211			(34)	-13,8%
FPE	06	918	1.015	1.015			97	10,6%
IPI	07	783	870	870			87	11,2%
Lei Kandir	07	86	86	86				
Demais Transf. União	01	70	88	88			18	25,4%
Multas e Juros		393	337	385	47	14,1%	(8)	-2,0%
<i>M.J. Tributós</i>		318	269	305	36	13,5%	(13)	-4,1%
	00	312	262	297	35	13,5%	(15)	-4,7%
	22	7	7	9	1	13,5%	2	24,9%
<i>M.J. Div. Ativa</i>		64	61	69	8	13,5%	6	8,8%
	00	62	61	69	8	13,5%	7	10,8%
	22	2	1	1			(1)	-58,4%
<i>M.J. Outros</i>	01	11	7	10	3	40,1%	( )	-3,8%
Dívida Ativa		227	216	287	70	32,5%	60	26,4%
	00	197	197	257	60	30,5%	60	30,6%
	22	4	2	3	1	30,5%	(1)	-32,5%
<i>D. A. outros</i>	01	26	17	27	10	55,2%	1	3,8%
Demais Receitas (Folha de Pagto)	01	1.020	16	16			(1.004)	-98,5%
Receita de Privatização	01	189	820	820			631	333,5%
Dep. Judiciais tributários	90	20	43	43			23	116,9%
Ressarcimento de pessoal cedido	20	15	28	28			14	92,9%
Operações de Crédito		1.272	2.974	1.969	(1.005)	-33,8%	698	54,9%
Outros		566	483	483			(83)	-14,7%
<b>Subtotal</b>		<b>36.785</b>	<b>42.164</b>	<b>39.866</b>	<b>(2.299)</b>	<b>-5,5%</b>	<b>3.081</b>	<b>8,4%</b>
Royalties		6.952	6.759	6.618	(141)	-2,1%	(335)	-4,8%
	04*	2.467	2.191	2.161	(31)	-1,4%	(306)	-12,4%
	10*	4.486	4.567	4.457	(110)	-2,4%	(29)	-0,6%
CIDE	26	107	110	78	(32)	-29,0%	(29)	-27,4%
<b>Total</b>		<b>43.845</b>	<b>49.032</b>	<b>46.561</b>	<b>(2.471)</b>	<b>-5,0%</b>	<b>2.716</b>	<b>6,2%</b>

1. **IRRF** – reavaliado em mais R\$ 173 milhões em relação à LOA e R\$147 milhões se comparado a 2011, em linha com a estimativa de aumento de despesa com pessoal do Estado para 2012 em cerca de 13%, principalmente com a elevação do teto do poder executivo.
2. **IPVA** – reavaliado em menos R\$ 83 milhões em relação à LOA, embora esta projeção ainda esteja 9% acima de 2011 (+R\$ 139 milhões). A reavaliação levou em conta fatores como: a continuidade do aumento da frota de veículos no Estado, que alcançou em média 8% a. a. nos últimos 5 anos (DENATRAN); a variação da tabela FIPE em cerca de menos 5%; e a expectativa de que a modernização dos sistemas da Secretaria de Fazenda, que entram em funcionamento no ano de 2012. Este último evento deve propiciar maior controle do crédito tributário e efetividade na cobrança deste e dos impostos não pagos de exercícios anteriores.
3. **ICMS** – reestimado em menos R\$ 1,55 bilhão em relação à LOA, ficando 8,8% acima do valor realizado em 2011. A reavaliação tomou por base a conjuntura atual de desaceleração da economia, conforme indicado no item I, além de considerar as projeções para 2012 do Banco Central de 5,4% de inflação (IPCA), acima do centro da meta, o crescimento real esperado pelo Banco Central (Série de estatística do Focus dia 13/01/2012) e a perspectiva de arrecadação da Subsecretaria de Receita da Fazenda.
4. **FECF** – reestimado em mais R\$ 47 milhões. O acréscimo leva em conta a expectativa do Banco Central para 2012 de continuidade de alta nas tarifas dos principais setores sobre os quais incidem este tributo: setores de Energia e de Telecomunicações (Relatório de Inflação do Banco Central de dezembro de 2011). Além disto, cabe ressaltar que estão contempladas mudanças graduais nas alíquotas do mesmo, previstas em legislação.
5. **Royalties** – reestimado em menos R\$ 141 milhões (-2,1%) para o ano em relação à LOA 2012 e R\$ 335 milhões em relação ao realizado no ano passado. Segundo relatório disponibilizado pela ANP<sup>1</sup> no dia 06/01/2012 houve decréscimo na expectativa de produção. Na comparação da PLOA com a 1ª revisão, esta queda na estimativa de produção – menos 9% para a produção de petróleo - foi compensada pelo aumento nos parâmetros de câmbio e preço do barril de petróleo tipo Brent, visto que a relação entre os valores de brent e câmbio não possuem efeitos proporcionais a receita das participações governamentais. Cabe ressaltar que a Emenda Constitucional Estadual nº 48/2011 - que aumenta o percentual da compensação financeira destinado ao FECAM para 10% no caso de petróleo e gás extraído da

---

<sup>1</sup> Através do Convênio de Cooperação ANP / Estado do RJ nº 01/09 ANP-014.165.

camada do pré-sal - produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012, mas que tais efeitos nas vinculações de receita ainda não foram considerados nesta revisão. Aguardamos a disponibilidade dos dados de produção com separação da produção do pré-sal pela ANP. Desta forma, a expectativa é de que nas próximas reavaliações da receita este impacto seja apresentado.

### 1ª Revisão de Receitas para Royalties e PE para o exercício 2012

Tabela comparativa de parâmetros e receitas de Participações Governamentais

	PLOA (A)	LOA	1ª Revisão (B)	(B/A)
PRODUÇÃO PETRÓLEO (m³/dia)	279.745		254.280	-9%
BRENT (US\$/bbl)	86		90	5%
CÂMBIO (R\$/US\$)	1,65		1,75	6%
<b>RECEITA</b>	<b>5.954.150.335</b>	<b>6.755.320.175</b>	<b>6.614.314.640</b>	<b>13%</b>

6. **Retorno do FUNDEB** – a reestimativa ficou em menos R\$ 262 milhões em relação à LOA. Esta queda acentuada se deve a duas razões: redução no coeficiente para 2012 e reavaliação dos principais itens de receita, conforme relacionados na tabela 1. Deve-se destacar que o valor constante da LOA tomou por base o coeficiente de 2011, reduzido em 5,2% para este ano em função da queda no número de alunos da educação básica pública. O decréscimo significativo ocorreu em particular no ensino fundamental: 40% em series iniciais do ensino fundamental urbano e 12% em series finais urbanas. Já em se tratando de ensino médio, houve uma queda de 5% no ensino urbano combinado com uma queda 12% do ensino integrado à educação profissional.
7. **CIDE** - a nova previsão para 2012 é de R\$ 78 milhões, uma redução de 28,98% em relação à LOA 2012 (-R\$ 32 milhões) e de R\$ 27,81% em relação à arrecadação de 2011 (- R\$ 29 milhões). Essa queda acentuada ocorreu em razão da redução de alíquotas específicas da CIDE sobre a gasolina e o diesel (Decreto 7.591/11). A União diminuiu a alíquota da gasolina de R\$ 192,60 para R\$ 91,00 por metro cúbico (- 52,75%); e a alíquota do diesel, de R\$ 70,00 para R\$ 47,00 por metro cúbico (- 32,85%). Tais medidas têm efeito desde nov/2011 até jul/2012, mas seus impactos no repasse da CIDE ocorre somente a partir de jan/2012, devido a defasagem de três meses entre a arrecadação da União e o respectivo repasse. As reduções de alíquotas têm efeito até julho de 2012 (fato gerador junho/12) e como foram decretadas no final de setembro e de outubro de 2011, elas ainda não haviam sido contempladas na LOA 2012.
8. **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa** – em função dos valores realizados em 2011 já foi possível reavaliar a projeção de Multas e Juros de mora em mais R\$47 milhões e de Dívida Ativa em mais R\$70

milhões, ambos em relação à LOA 2012. No entanto, em razão da aprovação de duas leis estaduais, ambas em 28/12/2011: a Lei 6.136 sobre a remissão das multas e juros de mora e a Lei 61.127 de substituição da UFIR pela SELIC como índice de correção, ainda não foi possível apurar os impactos sobre a receita estadual. No momento estamos apurando tais efeitos.

9. **Operações de Crédito** – o valor de cada uma das operações de crédito foi revisto conforme seu status de contratação, tendo em vista que a elaboração da LOA 2012 incluía alguns contratos que poderão não se firmar antes do final deste ano, ou seus valores sofreram revisão. Sendo assim, o valor proposto nesta revisão é de R\$ 1.969 milhões, R\$ 1 bilhão a menos que a LOA 2012. Cabe destacar que, dada o câmbio atual, a nova estimativa considera o empréstimo DPL III com o Banco Mundial no valor de R\$ 216 milhões.

## II - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a primeira revisão de receita detalhada por fonte de recursos, comparando a nova estimativa, realizada neste mês de janeiro, com a LOA.

### COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE				
FR	RECEITA PREVISTA (JAN 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (JAN 2012)	DISPONÍVEL (JAN 2012) (B)	DIFERENÇA (A)-(B)
00	31.618.058.534	32.972.876.650	32.972.876.650	(1.354.818.116)
01	1.236.833.269	1.224.414.495	1.224.414.495	12.418.774
04	2.160.624.712	2.191.410.004	2.191.410.004	(30.785.292)
05	373.899.415	373.899.415	373.899.415	-
06	1.015.004.100	1.015.004.100	1.015.004.100	-
07	955.802.325	955.802.325	955.802.325	-
20	39.554.598	39.554.598	39.554.598	-
22	2.611.538.554	2.562.400.736	2.562.400.736	49.137.818
26	77.797.846	109.537.973	109.537.973	(31.740.127)
90	43.009.093	43.009.093	43.009.093	-
95	3.018.652	3.018.652	3.018.652	-
<b>TOTAL</b>	<b>40.135.141.098</b>	<b>41.490.928.041</b>	<b>41.490.928.041</b>	<b>(1.355.786.943)</b>
10*	4.456.969.756	4.567.189.996	4.567.189.996	(110.220.240)
<b>TOTAL</b>	<b>44.592.110.854</b>	<b>46.058.118.037</b>	<b>46.058.118.037</b>	<b>(1.466.007.183)</b>

A proposta da SEFAZ aponta uma receita estimada do Tesouro em menos R\$1,36 bilhão que, comparada ao valor da LOA.

### III – Alterações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

De acordo com a previsão de receita apontada nesta nota, verifica-se então, que a frustração de receita apresentada deverá ensejar o contingenciamento de dotações a fim de evitar o déficit financeiro.

#### III.1 Transferências aos Municípios

Em R\$

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS			
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (NOTA JAN 2012) <b>(A)</b>	DOTAÇÃO ATUAL	DIFERENÇA <b>= (B) - (A)</b>
FR 00*	7.745.826.756	8.148.312.823	402.486.067
FR 00 (DEA)	87.197.965	86.742.353	(455.612)
FR 04	353.766.613	366.747.808	12.981.195
FR 07	217.488.750	217.488.750	-
FR 26	19.449.462	27.384.493	7.935.032
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>8.423.729.545</b>	<b>8.846.676.227</b>	<b>422.946.682</b>

#### III.2 Saúde

Em R\$

SAÚDE			
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (NOTA JAN 2012) <b>(A)</b>	DOTAÇÃO ATUAL	DIFERENÇA <b>= (B) - (A)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.385.272.688</b>	<b>3.529.415.996</b>	<b>144.143.308</b>
RP			-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.385.272.688</b>	<b>3.529.415.996</b>	<b>144.143.308</b>

### III.3 Educação e FUNDEB

Em R\$

EDUCAÇÃO E FUNDEB			
EDUCAÇÃO E FUNDEB	DESPESA PREVISTA (NOTA JAN 2012) <b>(A)</b>	DOTAÇÃO ATUAL	DIFERENÇA = (B) - (A)
<b>PERDA LÍQUIDA</b>	<b>2.237.986.574</b>	<b>2.204.817.182</b>	<b>(33.169.392)</b>
FR 00	2.033.620.890	2.009.569.554	(24.051.336)
FR 06	129.903.443	124.107.622	(5.795.821)
FR 07	74.462.242	71.140.006	(3.322.236)
<b>RETORNO</b>	<b>2.488.636.927</b>	<b>2.748.247.313</b>	<b>259.610.386</b>
FR 00	2.344.252.604	2.592.845.658	248.593.054
FR 06	73.299.999	78.893.199	5.593.200
FR 07	71.084.324	76.508.456	5.424.132
<b>DEMAIS</b>	<b>2.326.046.318</b>	<b>2.494.476.078</b>	<b>168.429.760</b>
RP			-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.052.669.820</b>	<b>7.447.540.573</b>	<b>394.870.753</b>

### III.4 FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

Em R\$

FAPERJ			
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (NOTA JAN 2012) <b>(A)</b>	DOTAÇÃO ATUAL	DIFERENÇA = (B) - (A)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>334.382.503</b>	<b>348.538.598</b>	<b>14.156.095</b>

Em R\$

FECAM			
FECAM	DESPESA PREVISTA (NOTA JAN 2012) <b>(A)</b>	DOTAÇÃO ATUAL	DIFERENÇA = (B) - (A)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>458.106.703</b>	<b>320.289.617</b>	<b>(137.817.086)</b>

Em R\$

FEHIS			
FEHIS	DESPESA PREVISTA (NOTA JAN 2012) <b>(A)</b>	DOTAÇÃO ATUAL*	DIFERENÇA = (B) - (A)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>261.153.855</b>	<b>258.882.574</b>	<b>(2.271.281)</b>

\* Considerado PT 3437 de Recuperação da Região Serrana com ações de socorro

Em R\$

FAF			
FAF	DESPESA PREVISTA (NOTA JAN 2012) <b>(A)</b>	DOTAÇÃO ATUAL	DIFERENÇA = (B) - (A)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>266.360.277</b>	<b>270.937.873</b>	<b>4.577.596</b>

PASEP			
PASEP	DESPESA PREVISTA (NOTA JAN 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	311.983.943	284.193.375	(27.790.568)
FR 01	12.368.333	12.068.025	(300.308)
FR 04	62.638.279	67.001.556	4.363.277
FR 06	8.120.033	10.150.039	2.030.006
FR 07	5.906.651	9.558.023	3.651.372
FR 26	583.484	1.095.380	511.896
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>401.600.722</b>	<b>384.066.398</b>	<b>(17.534.324)</b>

## V – Conclusões

A presente nota avaliou a receita a partir do valor de 2011 realizado no SIG até 11/01/2012 sob a luz das perspectivas da economia e da fiscalização tributária. Procurou-se, a título de colaboração com a SEPLAG, apresentar sugestões de contingenciamento de dotações relativas às despesas obrigatórias, índices constitucionais e dos Encargos Gerais da SEFAZ. Dessa forma, deverá ser efetuado o contingenciamento das dotações sem a devida cobertura financeira tendo em vista a desaceleração da economia vivida já desde o final de 2011 e as perspectivas para 2012, conforme mencionado no início deste documento.

---

Henrique Oliveira  
Oficial de Fazenda

---

Soraia Guimarães  
Oficial de Fazenda

---

Joana Pimentel  
Oficial de Fazenda

---

Renata Rimes  
Coordenadora da Superintendência  
de Relações Federativas e  
Transparência Fiscal

---

George Santoro  
Subsecretário de Política Fiscal